FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 13/07/2022 - 05:59

Câmara aprova PEC que libera R$ 41bi às vésperas de eleições

PEC de R$ 41,25 bi avança na Câmara; Lira vê falha técnica e suspende sessão

Texto-base passa em 1º turno; presidente da Casa sugere ataque ao sistema e diz que acionaria PF

Danielle Brant, Renato Machado e Raquel Lopes

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu suspender a apreciação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia benefícios sociais em ano eleitoral pouco após a aprovação do texto-base em primeiro turno, nesta terça (12).

O placar da votação foi de 393 votos a favor e 14 contrários —eram necessários 308 votos. A oposição, apesar de ter criticado o caráter eleitoreiro da PEC, votou a favor.

A suspensão da sessão foi justificada por problemas técnicos. A previsão é que a votação seja retomada na manhã desta quarta (13). Os deputados ainda precisam analisar destaques (sugestões de mudança). Depois, a PEC passa por nova votação. Se não houver alteração, segue para promulgação.

Lira sugeriu em diversos momentos da sessão que o sistema da Casa estava sob ataque e, após anunciar a suspensão, disse que a Polícia Federal estava se encaminhando à Câmara para investigar os problemas técnicos identificados durante a votação.

"Como fato técnico relevante que houve, estranho à vontade da Casa, estranho à vontade dos deputados, mantendo o painel para amanhã cedo, a partir das 9h, com o mesmo painel. Isso não cabe questão de ordem, não vai ter discussão, estou fazendo um comunicado respeitoso", disse Lira.

"A Polícia Federal está vindo para esta Casa para fazer as investigações do que aconteceu, da maneira mais profunda que acontecer", completou.

Os partidos de oposição, no entanto, pretendem entregar um documento para a mesa diretora pedindo para cancelar toda a sessão desta terça. Eles argumentam que a sessão só pode ser adiada por uma hora. Para parlamentares, a suspensão se deu por causa do destaque de estado de emergência que seria votado. Eles acreditam que teriam votos para derrubar o trecho e, por isso, a sessão foi suspensa.

A proposta autoriza o governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar o Auxílio Brasil para R$ 600 até o fim do ano, a um custo estimado em R$ 41,25 bilhões. O estado de emergência foi incluído como uma forma de blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de alegações de violação da lei eleitoral com a criação de benefícios a poucos meses do pleito.

O Planalto tem pressa para começar a fazer os pagamentos dos benefícios, dada a proximidade da eleição. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os primeiros indícios de problemas foram relatados por Lira na votação de um requerimento de retirada de pauta. Segundo ele, a internet estava intermitente. Para pressionar os deputados, ele disse que daria desconto no salário aos deputados que não votassem. Além disso, levantou suspeitas sobre o problema técnico enfrentado no plenário.

Lira disse que "dois servidores de internet da Casa caíram ou foram cortados ao mesmo período". Ele afirmou que faria uma queixa formal à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Ele ironizou o fato de o primeiro turno da PEC que cria o piso salarial de enfermeiros não ter tido nenhum contratempo. Segundo o presidente da Câmara, esse tipo de dificuldade só acontece na votação de temas controversos, com é o caso da PEC que amplia os benefícios em ano eleitoral.

Líder do PL na Câmara, o deputado Altineu Côrtes (RJ) disse estar havendo uma fraude na votação. "A gente precisa saber por que os dois links caíram ao mesmo tempo no momento da votação da PEC."

A oposição reagiu e pediu a ele que provasse a acusação.

A votação havia sido adiada na semana passada, após um requerimento de encerramento de discussão obter apenas 303 votos favoráveis, 5 a menos que o mínimo necessário. Lira considerou que o quórum de deputados presentes (427) ameaçava a votação do texto principal. Por isso, adiou a votação para esta semana.

A sessão na Câmara estava inicialmente marcada para as 13h55, mas sofreu atraso por causa da votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) pelo Congresso, que terminou às 14h48. Depois disso, ainda foi preciso esperar os deputados registrarem presença para iniciar a sessão. A votação da PEC teve início por volta das 19h, após o primeiro turno da proposta que cria o piso salarial de enfermeiros.

Uma das tentativas aventadas pela oposição não teve sucesso. Os partidos de esquerda não conseguiram reunir o número mínimo de assinaturas para tentar suspender por até 20 dias a tramitação da proposta. Era necessário um quinto dos deputados —103. Eles obtiveram 92, sendo que a oposição reúne cerca de 120 parlamentares.

A PEC teve a tramitação acelerada por Lira, aliado de Bolsonaro. Em vez de seguir o rito regimental de ter a admissibilidade analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para, só então, ser encaminhado a uma comissão especial para análise do mérito, o texto foi apensado ao da PEC de biocombustíveis, que já tinha passado pela etapa inicial e estava em comissão especial.

A PEC dos benefícios sociais foi apensada à PEC 15, que acrescenta uma garantia de situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes ao artigo da Constituição que trata sobre o direito de todos os brasileiros a um ambiente ecologicamente equilibrado.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos tributos que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos via lei complementar.

A PEC que amplia benefícios sociais, por sua vez, tem custo total de R$ 41,25 bilhões —ante R$ 38,75 bilhões acertados originalmente.

A PEC prevê a ampliação temporária do Auxílio Brasil em R$ 200, levando o mínimo a R$ 600 até o fim do ano. O custo da medida é estimado em R$ 26 bilhões para concessão do benefício por cinco meses —de agosto a dezembro. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil. Para dobrar o valor do Auxílio Gás, o custo é de R$ 1,05 bilhão.

A proposta prevê um auxílio financeiro de R$ 2 bilhões a taxistas, concedido entre 1º de julho e 31 de dezembro. A PEC também destina R$ 5,4 bilhões para a criação de um auxílio de R$ 1.000 a caminhoneiros autônomos com vigência entre 1º de julho e 31 de dezembro.

O texto aumenta em R$ 500 milhões a suplementação do programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias de baixa renda. Há ainda R$ 2,5 bilhões em transferência para estados e municípios subsidiarem seus sistemas de transportes públicos.

As medidas da PEC

AUXÍLIO BRASIL
- Amplia o piso de R$ 400 para **R$ 600** até o fim do ano
- Zera a **fila de espera**

AUXÍLIO GÁS
Ampliar o valor para **R$ 120**, pagos a cada bimestre; em junho, 5,7 milhões de famílias receberam R$ 53, equivalente a 50% do preço médio do botijão de 13 kg

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS
Cria um **auxílio de R$ 1.000**

IDOSOS
Autoriza repasse de **R$ 2,5 bilhões** para bancar **gratuidade** no transporte público urbano

ETANOL
Autoriza até **R$ 3,8 bilhões** em **subsídios**

TAXISTAS
Criar **auxílio** até o limite de **R$ 2 bilhões**

ALIMENTA BRASIL
Autoriza repasse extra de **R$ 500 milhões** para programa que financia a aquisição de alimentos de **agricultores familiares** para doação a **pessoas carentes**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.